

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1964-1985)

HISTORY AND MEMORY OF TEACHER TRAINING AT THE EDUCATION INSTITUTE OF PARÁ (1964-1985)

HISTORIA Y MEMORIA DE FORMACIÓN DE PROFESORAS/ES DEL INSTITUTO DE EDUCACIÓN DE PARÁ (1964-1985)

Maria José Aviz do Rosário¹
Célio Cunha²

Resumo: O artigo aborda a formação de professoras/es do Instituto de Educação do Pará – IEP (1964 a 1985). O caminho metodológico valeu-se de registros documentais e orais pelos quais procurou-se compreender como alunas/os do IEP viveram a formação de professoras/es em tempo de ditadura. As histórias e memórias apontam as marcas da ditadura na educação paraense, apresentando compreensões distintas quanto aos períodos compreendidos entre 1964 e 1982 e entre 1983 a 1985. No primeiro, a história de formação de professoras/es apresenta aparente adesão e acomodação ao que era consignado ao projeto educacional brasileiro e no segundo, a resistência à ditadura começa a aparecer, ainda que perdurassem as acomodações e adesões. Constatou-se ser um período pouco estudado, no Pará, necessitando de mais investimentos para que essa escrita não seja vã.

Palavras-chave: Educação. Ditadura militar. Formação de Professoras

Abstract: The article deals with the training of teachers from the Institute of Education of Par - IEP (1964 to 1985). The methodological path was based on documentary and oral records, which sought to understand how IEP students lived the formation of teachers during the dictatorship. The stories and memoirs point to the marks of the dictatorship in Pará education, presenting distinct understandings between the periods between 1964 and 1982 and from 1983 to 1985. In the first, the history of teacher formation presents apparently adherence and accommodation to what it was consigned to the Brazilian educational project and in the second, resistance to the dictatorship begins to appear, even if accommodation and accessions persisted. It is concluded, is a little studied period, in Pará, needing more investments so that this writing is not vain.

Key words: Education. Military Dictatorship. Teacher Training

Resumen: El artículo aborda la formación de profesoras/es, del Instituto de Educación del Pará - IEP (1964 a 1985). El camino metodológico se valió de registros documentales y orales, por los cuales se buscó comprender cómo alumnas/os del IEP vivieron la formación de profesoras/es en tiempo de dictadura. A las historias y memorias apuntan las marcas de la dictadura en la educación paraense, presentando comprensión distintas entre los períodos comprendidos entre 1964 y 1982 y de 1983 a 1985. En el primero, la historia de formación de profesoras/es, presenta aparente adhesión y acomodación a lo que era en el segundo, la resistencia a la dictadura comienza a aparecer, aunque perduran las acomodaciones y adhesiones. Se concluye, es un período poco estudiado, en el Pará, necesitando más inversiones para que esa escritura no sea vana.

Palabras clave: Educación. Dictadura militar. Formación de Profesoras

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Currículo e gestão da escola básica da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, Brasil. mrosario@ufpa.br

² Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. celio.cunha226@gmail.com

1 Introdução

A formação de professoras/es, no Estado do Pará, nos séculos XIX e XX contou com a participação de uma das mais importantes instituições do país, o Instituto de Educação do Pará – IEP. Em 2014, um conjunto de pesquisadoras/es se propôs a tarefa de investigar mais a fundo a formação promovida pela instituição³ no período de 1985 a 1964. Por meio de registros documentais e orais, procurou-se compreender como alunas/os egressas/os do IEP viveram a formação de professoras/es em tempo de ditadura, tais procedimentos metodológicos ajudaram a compreender os passos da formação no IEP no período da ditadura militar de 1964 a 1985. Os documentos escritos aliados à escuta daquelas/es que experienciaram seu processo formativo na instituição significou valorizar aquelas/es que por anos construíram o IEP, considerando que a “memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos⁴”. Foram ouvidas/os 06 ex-alunas/es que estudaram na instituição no período e uma professora.

Nesse sentido, este artigo pretende apresentar e discutir parte dos dados obtidos na pesquisa sobre o processo de formação de professoras/es no período. Divide-se em duas partes: 1) Contexto da ditadura no Pará e 2) Memória e História de formação de professoras/es do IEP, 1964 – 1985.

³ Projeto “Form(ação) de professoras/es em tempos de ditadura: O Instituto de Educação do Pará, de 1964 a 1985. CNPQ - Chamada Universal – MCTI/CNPq N° 14/2014.

⁴ FREITAS, Sonia Maria de Freitas. In Prefácio à edição brasileira do Livro, “A voz do passado”, de THOMPSON, Paul, 1992.

2 Contexto da Ditadura no Pará

Em 1964 o Brasil foi assaltado pelo golpe militar e, passado mais de meio século, sua repercussão ainda é grande, suas marcas são fundas e as consequências à história político/social/educacional são visíveis e objeto de investigação no país e América Latina. “Controlando com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas, o regime militar deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje” (SAVIANI, 2008, p. 294).

A ditadura militar pode ser compreendida a partir da leitura do período nacional-desenvolvimentismo, entre 1946 e 1964, o qual possibilitou a (re)arrumação de forças sociais e se constituiu num período fértil de lutas e de ideias no interior da sociedade brasileira, bem como de lutas em torno do e pelo poder político instituído e pela construção do processo democrático, tendo em vista a orientação das principais instituições da sociedade brasileira, entre elas, as educacionais (ROSÁRIO, 2006).

O processo democrático brasileiro era costurado desde 1945 após a queda de Getúlio Vargas. Nesse contexto, havia oposição entre as forças sociais alinhadas à esquerda, como as massas assalariadas de modo geral, os grupos políticos de esquerda que se multiplicaram, os estudantes universitários, que demonstraram sua organização e disposição de luta em prol de mudanças, e os grupos conservadores que intencionavam a volta ao poder instituído.

Em relação às forças políticas de esquerda, observa-se uma “atuação forte do Partido Comunista Brasileiro – PCB, por meio dos movimentos sociais organizados, vide Comitês Democráticos e Populares - CDP e

União Acadêmica Paraense - UAP, no Pará, articulados principalmente em Belém” (ROSÁRIO, 2006, p. 24). O Brasil vivia, portanto, um período de democracia frágil, instável, hesitante.

Com a interrupção, as liberdades foram tolhidas por meio de expedientes legais como os atos institucionais que, na verdade, foram os orientadores da política de horror, miséria, medo e destruição da vida pública, das vozes caladas por meio da censura, das torturas e do sempre constante medo que pairava e parava a sociedade brasileira. A partir de primeiro de março de 1964, o Brasil viveu sob as maiores atrocidades, com gente sendo cassada, exilada e a juventude tendo seus sonhos levados embora.

No estado do Pará⁵, o período da ditadura ainda se encontra por ser investigado, percepção que se expressa nos estudos encontrados⁶. “Ao iniciar a pesquisa,

debrucei-me sobre a literatura especializada na Amazônia Paraense. Somente naquele momento percebi o quanto a temática da Ditadura Militar em nossa região ainda carece de maiores investimentos acadêmicos.” (VELARDE, 2012, p. 13). No entanto, ao se começar a investigar a questão, não é difícil identificar os traços do estado ditatorial nacional no Pará, como a resistência ao regime. A Comissão Nacional da Verdade, por meio de documentos de presos políticos, desvela “a formação de uma tentacular máquina repressiva, montada **de norte a sul do país**, descrevendo métodos e instrumentos de tortura comumente utilizados nos órgãos repressivos [...] no Brasil”. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 23, grifo nosso).

Ao assumir o poder, em 1964, no Pará, sob a batuta de Jarbas Passarinho, a ditadura não se diferenciou das ações em nível nacional.

[...] os militares provocaram no Pará – como em todo o Brasil – um palco de intervenções na cultura popular para controlar o imaginário da população. Essa atitude de controlar corações e mentes por parte de governos despóticos, aliás, é facilmente constatada em outros momentos da história recente do Brasil. O caso paraense, censores passaram a compor um cotidiano de fiscalização e controle de teatrólogos, músicos, poetas. Esses censores, sob o argumento da ordem, moral e bons costumes não permitiam a publicação ou

⁵ Para o aprofundamento do período da ditadura militar, de 1964 a 1985, em seus aspectos gerais, consultar: Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2012).

⁶ Estudos sobre ditadura no Pará: **1 - “Chão de Promessas”**, de Pere Petit (2003); **2 - “Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)”**, (2008/Dissertação), de Tony Leão da Costa; **3 - “Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)”** de Carlos Eduardo dos Santos e Santos (2011/Dissertação); **4 - No Crepúsculo Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)**, de Jaime Cuéllar Velarde (2012/dissertação); **5 - “Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas”**, Raquel Cunha (2008/TCC); **6 - O Golpe Civil-Militar de 1964 no Pará: Imprensa e Memórias**, de Edilza Joana Fontes (artigo); **7 - O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências**, de Pere Petit e Jaime Cuéllar (artigo); **8 - Silêncios da historiografia brasileira: O golpe civil-militar em experiências de pesquisa no Pará**, de Jaime Cuéllar Velarde e Agenor Sarraf-Pacheco (artigo); **9 -**

Lembranças/Memórias de Estudante/Professora Sobre o Instituto de Educação do Pará (Iep) em Tempos de Ditadura, de 1964 a 1985, de Maria José Aviz do Rosário e Maria de Fátima Matos de Sousa (artigo/2015). **Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas**, de Raquel Cunha¹ Flávio Leonel Abreu da Silveira (artigo).

veiculação de ideias subversivas ao regime. (VELARDE, 2012, p. 18).

O golpe no Pará contou com o apoio de grande parte da população paraense. O governador e vice-governador do Estado e o prefeito e o vice-prefeito da capital foram substituídos, após a cassação dos mandatos, com anuência da câmara dos vereadores de Belém e da Assembleia Legislativa; o coronel Jarbas Passarinho assumiu o governo e Alacid Nunes foi para prefeitura de Belém do Estado.

O apoio ao golpe no Pará é relatado por André Nunes no livro "1964: relatos subversivos" da seguinte forma:

– Acorda, André, o povo está contra vocês. Vocês extrapolaram. Esse país estava à beira da anarquia e, de mais a mais, o clero fez a cabeça do povo. O que tem de beata acendendo vela e rezando o terço em ação de graças pela derrota do comunismo ateu. NUNES, 1964, p. 26).

Aparentemente todos estavam com o golpe, porém um olhar mais atento observa enfrentamento à ditadura Militar. A resistência ao regime era conduzido principalmente pelos estudantes universitários das Faculdades⁷ que compunham a Universidade Federal do Pará - UFPA, a exemplo da Faculdade de Direito⁸.

Nessa época, a repressão era grande, porém se observava o movimento estudantil em ebulição, organizado pela União Nacional dos Estudantes - UNE e com apoio popular, como foi no caso da passeata no Rio de

Janeiro, quando do assassinato do Estudante Edson Luis, e em Belém, quando do também assassinato, no interior da UFPA, do aluno Cesar Leite⁹. Em relação à morte deste último, Leite (2015, p.03) , em texto ao Conselho Universitário - CONSUN-UFPA, relata:

Bem cedo te fizeram calar bem na flor da idade, covardemente, com tiro nas costas estando sentado em sala universitária assistindo aula, na disciplina "Estudos dos problemas Brasileiro," e que problemas... Impuseram o cessar de teus desejos, tua musicalidade, pretensões e aptidões. Nossos pais, em frangalhos. Nossa mãe, hoje com 80 anos ainda anda pelos Tribunais, lucida.

As mortes reacenderam ou potencializaram a luta contra o regime. No caso do episódio inesperado da morte do estudante da UFPA, ocorrido num momento em que supostamente o regime militar entrava em colapso, reacendeu-se o ímpeto do movimento estudantil na universidade para lutar contra a ditadura, que mantinha seus mecanismos de controle e repressão de forma mais ou menos ostensiva também dentro das universidades (FONTELES, 2005).

Diante disso, as organizações estudantis assumiram a tarefa de articular, resistir e denunciar a ditadura tendo como mote a morte dos jovens, no caso da UFPA, de Cesar.

O Diretório Central dos Estudantes e a vice-presidência regional norte da União Nacional dos Estudantes passaram a acompanhar a tragédia, inclusive acompanhado a autópsia no Instituto Médico Legal. O corpo

⁷ Nesse período, o Campus do Guamá, hoje Cidade Universitária José da Silveira Neto, ainda não havia sido construído, as faculdades eram espalhados pela cidade de Belém.

⁸ Prédio que hoje pertencente à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção-PA.

⁹ César Moraes Leite, aluno de engenharia da UFPA, morreu no dia 10 de março de 1980, vítima do disparo do revólver de um agente da polícia federal, dentro da sala dois do bloco F, no Campos Básico.

foi velado na capela do colégio Nazaré, onde César estudou do primário ao ginásio. O cortejo saiu da capela sob forte chuva, quando passou pela igreja dos Capuchinhos uma grande massa estudantil, calculada em duas mil pessoas, acompanhou-o até o cemitério de Santa Izabel.¹⁰

Na UFPA, a memória de Cezar ficaria registrada para “sempre”, no local da tragédia pois, mais uma vez, ele fora lembrado.

Uma semana após a morte de César, o ginásio do campus da UFPA ficaria quase lotado, com a presença de 2.500 estudantes. Todos participantes ativamente do ato ecumênico à memória de César, uma das manifestações das mais emocionantes já acontecidas em Belém. Após o ato, numa pequena caminhada sob chuva, a massa estudantil se dirigiu ao pavilhão F, onde César foi baleado, para a inaugurar uma placa de bronze: “Neste pavilhão foi morto o estudante César Moraes Leite, por uma bala da repressão”. Homenagem dos estudantes brasileiros, da União Nacional dos Estudantes e do Diretório Central dos Estudantes. Março de 1980.¹¹

A comoção que tomou conta das mortes desses jovens, especialmente de Edson Luis, em 1968, deveu-se mais por sua naturalidade, paraense, ou seja, a ditadura matou um jovem que solicitava comida decente. Foi um mote importante e que aglutinou a população de Belém, sobretudo a

juventude, a brigar e gritar: abaixo a ditadura.

Outro elemento de fundo, quando se analisa a ditadura no Pará, é o movimento dos estudantes universitários, uma vez que eles desempenharam papel importante na tentativa de salvaguardar as conquistas democráticas. Em 1964, no Seminário Latino Americano e Democratização do Ensino Superior – SLARDES, promovidos por estudantes universitários¹², ocorreu confronto entre os promotores e jovens, denominados de “lenços brancos”¹³.

Começou com um insulto no auditório da Faculdade de Odontologia do Pará. Junto com o insulto vieram socos, safanões, pancadas. Uma briga generalizada. Desta forma truculenta estava encerrado o I SLARDES, sediado em Belém (PA), em 30 de março de 1964, com representantes de vários países das Américas. (VELARDE, 2012, p. 40).

Os grupos pró e contra a ditadura enfrentavam-se nos corredores e salas de aula das Faculdades de Direito e Medicina, haja vista que foram os estudantes universitários que em Belém combateram de forma mais contundente o regime.

Diante desse contexto, a mobilização dos estudantes da Faculdade de Direito despertava a curiosidade e o desejo de lutar das estudantes paraenses. Nessa época, ocupavam as universidades em luta contra a

¹⁰ Noticiado em: <http://4.bp.blogspot.com/-OSBZUPiZpFO/VJL5OYZPXRI/AAAAAAAAABVO/FDIMjEVONu0/s1600/C%C3%A9sar%2BMoraes%2BLeite.jpg>.

¹¹ Noticiado em: <http://4.bp.blogspot.com/-OSBZUPiZpFO/VJL5OYZPXRI/AAAAAAAAABVO/FDIMjEVONu0/s1600/C%C3%A9sar%2BMoraes%2BLeite.jpg>.

¹² Jovens universitários seduzidos por sonhos/utopias de uma América livre, tal qual pregava Che Guevara logo após o sucesso da Revolução Cubana (VALVERDE, 2012).

¹³ Jovens filhos de fazendeiros do Marajó (em decadência e empobrecimento) usavam brancos no pescoço, para não serem confundidos pela Polícia Militar com estudantes em resistência ao regime (VALVERDE, 2012).

Reforma Universitária. Em entrevista, em 2015, a professor Doraci Soares das Dores, informa:

Passavam lá (IEP), mas eles não adentravam, porque eles estavam na luta pelas universidades, ocupação das universidades. Contra a Reforma Universitária que foi a primeira, em 1968, aí todas as faculdades de engenharia, no comércio, de medicina, na generalíssimo de filosofia, eles se comunicavam, faziam uma rede e se encontravam, na Praça da República, lá perto da medicina, cada vez era numa e às vezes gente ia, quando era na Praça da Trindade perto da Faculdade Direito, a gente estudante estava passando, via o ato, a gente ia, tinha o trote. Tudo de penetra.

Por outro lado, militantes que viveram a ditadura, como é o caso de Cunha (2015), deixam claro que tanto o IEP quanto o Colégio Estadual Paes de Carvalho -CEPC eram foco de resistência ao regime, além disso o CEPC tinha tradição forte e histórica de participação estudantil. A resistência se deu dentro do limite civil e democrático, já que a ajuda esperada do exterior não chegou e, segundo ele, “não se faz revolução sem armas”.

Depois do golpe foi possível continuar a resistência nessas instituições por dois motivos: primeiro porque parte dos estudantes que ingressavam no ensino superior era oriunda dessas instituições e retornavam para articular a luta; segundo porque os que passavam no vestibular davam uma espécie de plantão na frente dos colégios e assim mantinham contatos e a resistência ao regime.

Em 1º de abril daquele mesmo ano, a UAP foi invadida em decorrência da “ação pedagógica” para ensinar Belém sobre quem

eram os novos mandatários do poder. O fato fora urdido naquelas primeiras horas da madrugada de 1º de abril, à surdina. Tal iminência de Golpe Civil-Militar por parte de ideias comunistas era, principalmente a partir de 1961, constantemente insuflada pela grande imprensa amazônica (VALVERDE, 2012).

Portanto, o temor à propagação de ideias revolucionárias comunistas era latente naquele início de década, assim não se pode atribuir sentidos de pânico injustificado aos golpistas da direita brasileira em 1964.

Os militares também desempenharam papel importante no apoio e desmantelo da ordem democrática, no Pará. Em 1964, as mais altas patentes das Forças Armadas da Amazônia estavam reunidas na 8ª Região Militar, na Praça da Bandeira, para comemorar o aniversário do general Orlando Ramagem, comandante do Comando Militar da Amazônia – CMA, com a presença também da Marinha, Aeronáutica e Exército, sob o comando de Jarbas Passarinho que estimulava o planejamento das ações a ser executado nas horas seguintes e, após conversas com o QG do II Exército – SP, aderiu ao golpe, em 1º de abril (FONTES, 2012).

Naquele mesmo dia, o Coronel José Lopes de Oliveira – o Peixe-Agulha – recebeu ordens de prender os “subversivos” que pudessem colocar em risco todo o aparato montado desde o Centro-Sul até Belém.

A UAP e a União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará - UECSP representavam e organizavam os estudantes paraenses no enfrentamento ao regime e foram alvo da fúria e destruição de suas sedes.

Em relação à UAP, pode-se dizer que a entidade durante os anos de 1961 a 1964 empenhava-se para discutir política e cultura

por meio dos Centros Populares de Cultura – CPC, criados pela UNE e disseminado nacionalmente como movimento cultural que se caracterizou por uma forte ideologia política. Os artistas e intelectuais que estiveram envolvidos nos diversos projetos dos centros passaram a atuar politicamente no cenário brasileiro. Eis porque era necessário tirá-los de circulação. Segundo Cunha (2015), na transição de 1967 para 1968, a UAP planejou a resistência que foi possível colocar em prática após a morte de Edson Luis.

Neste sentido, a antiga sede da UAP, onde hoje se encontra o hotel Regente, em Belém do Pará, a exemplo do acontecera com a sede da UNE, fora atacada covardemente e destruída.

Nas janelas da frente da UAP fomos surpreendidos pela chegada espantosa da tropa, soldados avançando no marche-marche típico da ordem unida militar, deitando nas calçadas e no asfalto onde posicionavam os tripés de suas metralhadoras apontadas contra nós. Daí para frente tudo foi correria e atropelo, a rapaziada escapando pelos fundos, galgando muros, varando os quintais vizinhos. Uns poucos se esgueiraram pela porta da frente e se confundiram com as pessoas na rua. Muitos ficaram encurralados nas três primeiras salas da UAP (GALVÃO 2004, p. 19)

Parecia um exagero o posicionamento da ação militar, já que se tratava de estudantes discutindo política e cultura em um palco montado em um dos cômodos da sede com essas atividades, preconização, formação intelectual e preocupação com os rumos da legalidade (VALVERDE, 2012).

A ação militar tratava-se, na verdade de uma estratégia de Jarbas Passarinho com a

finalidade de demonstração de força repelindo qualquer reação de ameaças à nova ordem a ser esboçada futuramente.

Os soldados entraram quebrando tudo. No comando, o coronel José Lopes de Oliveira já entrou dando um tapa no rosto de José Seráfico de Carvalho, meu colega na Faculdade de Direito. Rente a mim voavam pedaços da divisória de madeira e vidro da minha sala, arrebatados por um soldado a coronhadas de fuzil. Ergui uma das mãos, gritei “pare” e o soldado parou (GALVÃO, 2004, p. 19).

Por outro lado, essa perspectiva corrobora com o momento histórico vivido no qual a UNE tentava resistir aos encaminhamentos da classe dominante do processo de desenvolvimento que se expressava por meio do golpe.

Sanfelice (2015, p. 22), ao analisar o movimento estudantil e o papel da UNE enquanto instituição resistente ao golpe, nos ensina.

[...] UNE buscou definir-se como um setor de resistência às articulações e encaminhamentos políticos que a classe dominante – sobretudo a burguesia industrial – procurava viabilizar para si e, conseqüentemente, por imposição, para as demais classes sociais. Como a partir de 1964, o Estado esteve, na sua forma visível, nas mãos dos militares, tem-se a impressão de que o movimento estudantil viveu um confronto que se pode explicar no próprio atrito permanente mantido com os vários governos.

O papel decisivo de formação e na luta contra a ditadura instaurada em 1964 foi um elemento também decisivo para que a UNE fosse duramente atingida, com seus

dirigentes presos, exilados e mortos. “Foi nos anos 60 que a UNE se tornou praticamente sinônimo de resistência ao regime autoritário, ao defender a ampliação do acesso à universidade pública” (SANFELICE, 2015, p. 24). Esse reconhecimento da UNE como símbolo de resistência passou a ser apoiado por outros segmentos sociais que também se opunham ao regime militar, possibilitando sua atuação firme em oposição ao regime.

No Estado do Pará, os estudos corroboram com a assertiva, indicando que as prisões se constituíram em um instrumento eficaz direcionado às lideranças e àqueles que ameaçam a consolidação do regime.

Em 1979, a edição nº 8 de janeiro do *Jornal Resistência* publicou a primeira lista com 110 nomes de paraenses atingidos pelo Golpe Militar de 1964. Entre os nomes figura o de Humberto Cunha, à época uma das referências dos movimentos sociais organizados, particularmente do Movimento Estudantil universitário, e foi implacavelmente perseguido durante o regime, inclusive foi um dos atingidos pelo famoso decreto 477, instrumento repressivo aplicados às lideranças estudantis, o que o fez fugir, largando seus estudos no Curso de Agronomia na, hoje, UFRA.

Mas nem a fuga impedia sua prisão. E, em um de seus relatos a um blog, pode-se analisar o modo *operandis* das prisões do período:

Eu estava preso no Carandiru quando fui absolvido em dois dos meus processos. Como no terceiro a pena máxima para o artigo no qual eu era acusado era de dois anos e eu já havia cumprido mais de um ano de prisão (mais de cinquenta por cento da pena máxima), o STM

mandou a Auditoria me libertar para aguardar o julgamento em liberdade. Então, como era o costume, fui levado ao DOPS para uma sessão de provocação: uma reinquirição totalmente ilegal, visando achar alguma contradição com base na qual pudessem nos manter presos. [...] Quase fui parar na solitária junto com ele! Depois fui solto, voltei para o Pará, fui preso novamente, solto outra vez, terminei meu curso de Agronomia, iniciei meu trabalho de educação camponesa no Baixo Tocantins, fundamos a SDDH, fizemos a campanha da Anistia, etc.¹⁴

Paulo Fonteles, outro militante, teve o mesmo destino. Na página do Instituto que leva seu nome observa-se uma análise de sua trajetória.

Seus relatos daquele período, pela força da sua poesia, revelam a permanente luta pela vida na forma da denúncia da bestialidade dos torturadores que alcunhava como “cães que cavalgam soltos”. Ali, no famigerado Pelotão de Investigações Criminais (PIC) e depois na Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, um dos maiores centros de tortura do país onde os bárbaros foram adestrados por víboras que insistiam¹⁵.

Não obstante as atrocidades que usavam inclusive o “pau de arara”, Paulo Fonteles continuou sua Luta. Em entrevista à TV-PA, disponível na página do Instituto, afirma que não se entregou: “A minha geração, de 1968, não se entregou! Os que sobreviveram aos cárceres da ditadura

¹⁴ Relato disponível em: <http://blogdolauande.blogspot.com.br/2006/12/o-cantinho-dos-comunistas-humberto.html>.

¹⁵ Relato disponível em: <http://institutopaulofonteles.org.br/>.

retornaram às lutas pelas liberdades políticas e pela independência nacional.”¹⁶

Nos anos 1970, no auge da Guerrilha do Araguaia, o estado do Pará foi palco da luta mais sangrenta contra aqueles que tiveram a ousadia de levantar-se contra a tirania do regime.

Em 1972, o Exército desencadearia operações contra a guerrilha do Araguaia (v. Capítulo 14). Organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esse movimento localizou-se na região limítrofe dos estados do Pará, Maranhão e Goiás, às margens do rio Araguaia, reunindo algumas dezenas de militantes, tendo a maior parte chegado à região por volta de 1970. Toda a área foi declarada zona de segurança nacional. Apesar dos vastos recursos empregados, o Exército levou mais de dois anos para concluir sua missão. A tortura foi utilizada largamente contra os insurretos e os camponeses locais. Em 1975, todos os guerrilheiros estavam mortos ou presos. (CNV, 2014, p. 103).

O deslocamento dessa luta para o Pará foi uma decisão partidária do PCdoB que, após discutir a política de enfrentamento ao regime, analisava que o país vivia a crença de que se a população fosse incentivada assumiria essa tarefa. O país vivia, segundo essa crença, um momento em que uma simples fagulha poderia se transformar numa vigorosa chama, que as forças reacionárias jamais conseguiriam apagar.

Foi nesse contexto que, entre 1968 e 1969, todo o centro de preparação da luta armada foi **transferido para o sul do Pará**, na região do rio

Araguaia. Até então havia dispositivos de trabalho localizados no norte de Goiás, no sul do Maranhão e no nordeste do Mato Grosso. Todos esses dispositivos foram desativados e seus membros receberam ordens de se deslocar para novas áreas no sul do Pará, em torno do dispositivo central. A Comissão Militar tomava, dessa forma, medidas práticas para concentrar os efetivos e reunir as forças que considerava necessárias para desencadear as ações militares. (POMAR, 2003, p. 288).

Os veículos de comunicação, a exemplo dos jornais, também trabalhavam na perspectiva de dar base ao regime, aceitando e divulgando a tese de que havia um inimigo subversivo da democracia, das tradições, da ordem e de que era necessário combatê-lo.

O jornal A Província do Pará publicou, por exemplo, uma notícia que denunciava um plano de subversão nas regiões de Igarapé-Açu e Castanhal, no interior do Pará. Segundo a matéria, o grupo agia com a denominação de “Movimento pelo Desenvolvimento Econômico”, tendo a função específica de pregar a rebelião no interior do Estado. Outra notícia foi publicada com o mesmo teor no jornal A Província do Pará, tratava de uma apreensão feita pela polícia carioca de caixotes com literatura subversiva cujo endereço era arcebispado do Pará. (FONTES, 2014, p. 21).

Nos anos 1980, quase no fim da ditadura, quando o país inteiro lutava pela redemocratização brasileira, no Pará, a ditadura ainda fazia suas investidas. No dia 10 de outubro de 1984, a sede da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH foi invadida por policiais do

¹⁶ Entrevista disponível em: <http://institutopaulofonteles.org.br/memorial-paulo-fonteles/>.

Departamento de Ordem Política e Social - DOPS em busca de suposto material subversivo que, segundo eles, se encontrava no parque gráfico. O fato foi comunicado ao governador Jader Barbalho e nem por isso o então vereador Humberto Cunha¹⁷ deixou de ser algemado e agredido¹⁸.

O delegado José Maria gritava que **vereador ali não existia imunidade** parlamentar nem PMDB e ordenou que Humberto fosse algemado, "nem que seja preciso dar porrada". [...] Humberto foi colocado na sala de composição, que fica próxima à entrada, [...] saiu em direção ao Ginásio do Sesc, onde se realizava o Congresso Estadual de Vereadores, único fórum onde se podia denunciar a invasão naquele momento. Grande foi o impacto entre os vereadores ao ver entrar **Humberto** Algemado com as mãos para trás. [...] Na DVG, na presença dos vereadores Romero Ximenes e Paulo Fonteles e muitas pessoas ligadas às entidades democráticas¹⁹.

Essas arbitrariedades ocorridas no período das Diretas Já deu-se porque o governador Jader Barbalho tinha se tornado "homem de confiança" da ditadura, portanto, as prisões na SDDH e no comício das diretas ocorriam em decorrência desse fato e, pior que isso, comprometido com os atrasos dos quais o Brasil hoje ainda luta para se livrar, incluindo as injustiças (CUNHA, 2015).

¹⁷ A época, Humberto era Coordenador do Núcleo de Imprensa da SSDDH, vereador do PMDB

¹⁸ Informação disponível em: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/2012/07/sddh-ano-35-invasao-da-grafica-suya-i.html>.

¹⁹ Disponível em: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/2012/07/sddh-ano-35-invasao-da-grafica-suya-i.html>.

Esse contexto atravessou a educação de modo geral, influenciando as políticas públicas educacionais por meio de reformas. A formação de professoras/e não ficou imune, pelo contrário, sofreu influências, inclusive com mudanças curriculares importante em atendimento à Lei 5. 692/71.

Diante desse contexto, no próximo tópico trata-se dos resultados da pesquisa empreendida no Instituto de Educação do Pará – IEP, no período de 1964 a 1985.

3 Memória e história de formação de professoras/es do IEP, 1964 - 1985

O resultado parcial da pesquisa mostra que as histórias acionadas pelas memórias apresentam compreensões distintas dos períodos compreendidos entre 1964 e 1982 e de 1983 a 1985. No primeiro período, a história de formação de professoras/es, na instituição, segundo os relatos, apresenta uma aparente adesão e acomodação ao que era consignado ao projeto educacional brasileiro e o segundo, a partir dos anos de 1983, é marcado pelo processo de democratização do país, a resistência à ditadura começa a aparecer na história, ainda que perdurassem as acomodações e adesões.

No primeiro período (1964 -1980), depreendemos, a partir análise dos relatos, que a aparente adesão e acomodação ao que era consignado ao projeto educacional brasileiro, nesse período, pode ser analisada a partir do papel exigido à educação brasileira. A história mostra que esta foi (re)articulada num cenário em que a montagem e o desenvolvimento da política educacional se fortaleceram como um instrumento importante de veiculação, divulgação do ideário autocrático e autoritário que permeou todo o período e que, portanto, mobilizou-se e refez-se em

consonância ao projeto de educação nacional, uma vez que, no exercício do poder, os representantes da ditadura usaram o controle que, além do uso da força física e ideológica, abrigava-se em instrumentos legais, como os atos institucionais, como forma de (re)ordenamento da sociedade brasileira.

Essa perspectiva começa a ser delineada a partir do primeiro ato institucional. "Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa." (ATO INSTITUCIONAL Nº 01). Além disso, é reforçada quando da publicação e subsequente implantação do Ato nº 02/65 no qual é explicitado o papel da "revolução".

Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, **só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País**". (Grifo nosso).

No período, as instituições foram reformadas em atendimento à orientação governamental que preconizava o desenvolvimento e a segurança nacional. Em nome desse pressuposto, o país vivenciou um desmantelamento das principais instituições como a partidária, política, educacional, social. "A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai

continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil" (ATO INSTITUCIONAL Nº 02).

Partidos políticos foram extintos e criados: "Art. 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros" e, assim restou ao Brasil apenas dois, Aliança Renovadora Nacional - ARENA, base da ditadura e Movimento Democrático Brasileiro - MDB, oposição. Os chamados comunistas atuavam e resistiam ao regime na clandestinidade²⁰ e as instituições políticas, a começar pelo estado brasileiro, sofreram um forte impacto econômico/político (ROSÁRIO, 2006).

E finalmente instituiu-se o mais famigerado deles, o Ato Institucional nº 05, em nome da "obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria". O regime, ao instituir esse ato, decretou o fim das liberdades, inclusive as institucionais:

[...] O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

Os atos orientaram a política de horror, miséria, medo e destruição da vida pública durante o regime militar e é desse modo que

²⁰ Em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral, por três votos contra dois, decretou a ilegalidade do PCB.

estudos registram que a partir de primeiro de março de 1964 o Brasil viveu sob as maiores atrocidades. (VELARDE, 2012).

Essa opção consolidou uma ruptura com o Estado liberal democrático para a implementação do Estado liberal autocrático, repressor e autoritário. Uma opção que causou danos à democracia que vinha sendo construída no interior da sociedade brasileira, na qual se sobressaiam os movimentos sociais que tinham como principais interlocutores os trabalhadores e a população de maneira geral.

No âmbito educacional, a perspectiva de perseguição/destruição não foi menor, ao contrário, seguiu a mesma linha sustentada na ideia do desenvolvimento e segurança nacional.

Nas memórias daquelas/es que vivenciaram a formação, no período de 1964-1980, no IEP, não há registros de qualquer discussão teórico-prática sobre a ditadura no processo de formação, o que faz parecer que não havia sinais de uma política educacional mais geral como instrumento importante de veiculação, divulgação e consolidação do ideário autocrático e autoritário orientando o pensamento educacional e instituições escolares brasileiras. Ressalta-se que as manifestações resultantes das entrevistas são unânimes em afirmar que não há lembranças do trato ao caráter do estado brasileiro sob o jugo da ditadura: “Não que eu me lembre não! Eu pelo menos não me lembro²¹”; “Não me lembro assim muito [...], no sentido assim, eu lembro das músicas, muitas [...]. Certas músicas, que a gente gostava né. Então eles falavam que a gente não podia²²”; “No meu período não! É que a gente gostava, de jogar bola, handebol, basquetebol, voleibol, de canto, canto

²¹ Entrevista número 01.

²² Fala da entrevista 02.

orfeônico. Aquelas disputas de canto orfeônico, participar do desfile do dia 5 de setembro”²³; “Não. Não tinha. [...]. Também não. Não me lembro de um tratamento mais político disso, não”²⁴.

As memórias sobre a ação do estado ditatorial segundo os relatos foram construídas em outros espaços, com outros sujeitos sem conexão com a formação recebida no instituto:

Quando eu vim morar aqui (em Belém), para estudar, supletivo, estudei no colégio José Bonifácio, na época morava em São Braz, vinha andando, tinha um professor que era mesmo muito instigante nisso²⁵, ele convidava a gente e era aí que ele falava, foi nessa época. Depois pela televisão, da época que já mudaram a ditadura, do Tancredo. Só de ouvir falar, mas de escola, escola, não²⁶.

Essa questão pode ser analisada pelo aparente distanciamento entre o IEP e a movimentação social, em 1968, quando a juventude universitária belenense, comandada pela UNE, se insurgiu contra a Reforma Universitária e passou a protestar, inclusive ocupar as faculdades e as ruas. No colégio não teve repercussão, ao não ser pela manifestação dos estudantes de Direito que foram protagonistas da resistência ao regime e eram vizinhos do IEP.

O negócio era o seguinte, na época da ditadura, o que acontecia com o IEP, porque a gente era vizinho da faculdade de Direito e quando a UNE tomou a faculdade de direito, a gente ia lá e o pessoal da faculdade de Direito ia lá no IEP. Só que no IEP,

²³ Entrevista número 03.

²⁴ Entrevista número 05

²⁵ Isso a que se refere é a ditadura.

²⁶ Entrevista número 01.

o Estado, [...] impedia, impedia um pouco. Aí a gente ficava naquela grade²⁷.

No período, o Movimento Estudantil, já referenciado, resistia e se movimentava em busca do restabelecimento democrático. Em Belém, 1968, por causa das Morte dos estudantes paraenses, Edson Luiz e Cezar Moraes Leite, as manifestações ganharam novo impulso, principalmente dos universitários. Entretanto, as memórias daquelas/es que viveram esse período, no IEP, não são remetidas para essa movimentação nem quando acionadas pelos fatos, como as mortes dos referidos paraenses.

Não me lembro de nenhum movimento. [...]. A única vez que fui pra outra escola foi quando entrei no primeiro ano do magistério, fiz também primeiro colegial, científico, Cb pra me preparar pra fazer vestibular, foi no CEP. Lá que aconteceram mais fatos relacionados à ditadura. Não no IEP. No IEP não se falava disso, na minha época²⁸.

Porém, uma análise mais atenta aos relatos identifica vestígios, na escola, da (re)articulação e do desenvolvimento da política educacional que se mobilizou e se refez em consonância ao projeto de educação nacional. Nessa perspectiva, no exercício do poder, os representantes da ditadura usaram o controle, a coerção física e ideológica.

Assim, é no plano ideológico que se observam os vestígios dessa articulação na formação. A memória sobre um discurso de agradecimento ao ministro de Educação,

Jarbas Passarinho, proferido por uma aluna, é singular:

Só pra tu teres uma ideia, quando eu estava estudando no IEP eu era uma aluna que se destacava pelo desempenho tirava boas notas e, quando teve a inauguração daquele bloco novo, Jarbas Passarinho foi lá, quem fez o discurso de agradecimento ao Jarbas Passarinho fui eu. Eu me lembro que cheguei em casa tão orgulhosa, eu contei pra minha mãe tão orgulhosa, que eu tirei foto!²⁹

Outro dado reforça vestígios da ideologia dominante articulada ao processo formativo do IEP. As memórias dão conta de “ilustres” visitas à instituição: “Só sei que o Alacid Nunes foi lá, deu uma bela palestra pra nós. Sentou lá no meio nosso. Dizia que ali ele via um futuro em nós³⁰; “[...] O Dionísio, ele também foi e falava algumas coisas assim, não sei me explicar, me lembrar bem, mas ele orientava a gente[...]. E eles diziam assim, diziam pra gente que tinha gente que tinha ido preso. [...]”³¹; “[...] palestra com o Secretário de Educação [...] Doutor Dionísio Hage. Ele fez uma palestra grande para as professoras que estariam indo pras escolas e fez uma fala um pouco de saudação, parabenizando, né. [...]”³².

Tais memórias levam a crer que aqueles que exerciam poder político-educacional, como o governador e Secretário de Educação do Estado, ajudaram na orientação do papel do colégio para a construção de uma determinada história de formação de professores, tendo como horizonte o futuro das/os então alunas/os.

²⁷ Entrevista número 01.

²⁸ Entrevista número 04.

²⁹ Entrevista número 03.

³⁰ Entrevista número 03.

³¹ Entrevista número 03.

³² Entrevista número 06.

Nas dependências da instituição, tratava-se do tema ditadura indiretamente por meio do conceito de revolução e no sentido de festeja-la como algo a ser defendido e referenciado por todas/os.

Festejavam o dia 31 de março pelo dia da revolução, mas não se falava, não se discutia. [...]. Era feriado! Jarbas Passarinho ia lá fazer alguma palestra o [...] ia lá fazer alguma palestra e nós lá, batíamos palmas pra eles, toda Píramutaba³³. Era no salão nobre ou na quadra³⁴.

A localização da instituição com outros órgãos de educação paraense, a exemplo da Secretária de Estado de Educação - SEDUC e Conselho Estadual de Educação - CEE, permitia o exercício do controle, levada a efeito pelos dirigentes da instituição que eram alinhados à ditadura: "O IEP ficava em frente à SEDUC e atrás ficava do CEE e presidente do conselho durante muitos anos, foi o [...], geralmente o presidente do conselho era professor do IEP, então o IEP estava muito perto do poder. Era um triângulo. Era muito controlado"³⁵. Esse contexto de controle, muito próprio do período, representa uma amostra significativa do que realmente acontecia no contexto educacional, ou seja, as instituições escolares em seus processos formativos não passaram incólume.

Quando as memórias são remetidas para eventos cultural-político, a exemplo do desfile escolar de 05 de setembro, observa-se manifestações de apoio à ditadura levada a efeito pelo colégio. Nessa época, depositava todo seu ufanismo em uma nação próspera, na educação escolar e no patriotismo.

Marchar com amor. Como é que a professora dizia! **Marchar com amor, lembrar que você é brasileiro e lembrar da frase do Duque de Caxias**. Ela falava muito quando a gente tava no ensaio. Lembrar que você é brasileiro. "Lembrem você é brasileiro, você tem raça", ele dizia. [...]. E dizia pra gente lembrar sempre da frase do Duque de Caxias, [...] "Quem for brasileiro que me siga, marche por amor". O Ferreira mesmo dizia: "eu vou com dez aluno, **mas que vai representar o IEP, que mostre que é brasileiro, que ame aqui a escola, que ame o Brasil**. É isso que é sermão, não é? De quem é brasileiro, essas coisa toda? Eu participei quase de todos, foi bem pouco que eu não fui."³⁶ (Grifo meu).

Outro dado do período em questão diz respeito à reforma de ensino, Lei 5.692/71, que obrigou as instituições escolares à readequação de suas estruturas curriculares. Nesse contexto, a tradicional Escola Normal perdia o status de "escola" e mesmo de "curso", diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério - HEM. Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia" (TANURI, 2000).

À primeira vista parecia uma preocupação desprezível, quando a lei tratou da formação de professores. Entretanto, essa era uma das grandes empreitadas do regime. "O ministro da educação, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, na sua exposição de motivos,

³³ Apelido das alunas/os do IEP.

³⁴ Entrevista número 04.

³⁵ Entrevista número 04.

³⁶ Entrevista número 03

quando da apresentação do anteprojeto de lei ao general-presidente Emílio Garrastazu Médici, afirmou: Outro capítulo de extrema importância é o 'dos professores e especialistas'." (BITTAR E SILVA JR., JR, 2006, p. 06).

Nesse período, no IEP, o controle foi reforçado, inclusive na seleção de professoras/es.

Não sei se a informação é leitura minha, a minha memória tá selecionada, mas me parece que antes, em outra época, [...], havia um controle muito grande de quem dava aula no IEP, não era todo mundo que dava aula no IEP, nem era todo mundo que dava aula no CEPC. A época tinha status. [...]. Havia controle muito grande e quem controlava diretamente era a SEDUC.³⁷

A formação foi permeada por um processo de controle, sem discussão sobre o papel do estado sob o jugo ditatorial, uma vez que era preciso manter a tradição, "era a Escola Normal, era a mesma compreensão de Escola Normal e a sociedade também via assim [...] a gente era olhada, pelo uniforme a gente era olhada diferente. São alunas da Escola Normal."³⁸

E quanto aos discursos de colação de grau que passavam pelo filtro da direção: "na minha época, [...] a gente tinha que dar pra eles. Todos os estudantes tinham que dar pra eles. A gente escrevia e dava pra eles, pra diretora, vice diretora para lerem pra ver se tava de acordo. Se não tava falando mal de nada"³⁹, quando o colégio apresentava as/os futuras professoras/es à sociedade paraense,

a/o oradora/o não podia fazer nenhuma avaliação que não fosse de elogio ao IEP.

[...] significa não fazer nenhuma avaliação negativa pra escola, pra nossa formação. Era isso, no meu tempo, era isso, nada que depunham contra a escola. Tinha que elogiar todo mundo, dizer que foi o melhor ensino. Não posso dizer que foi o pior, mas não foi uma coisa que fosse crítica. Hoje olhando do lugar que estou [...] mas a gente era muito estimulado a sentir orgulho da escola, defender sempre o IEP como uma escola maravilhosa e a gente fazia isso⁴⁰.

Ainda no período de 1983-1985, quando a sociedade brasileira e paraense construiu e participou de embates político-ideológicos rumo à redemocratização, o colégio, apesar do controle, começou a se envolver e envolver a formação no debate democrático. As memórias das/os alunas/os são cheias de fatos que remetem ao processo de democratização no espaço do IEP: "[...] a minha época já era época disso, já havia um processo de abertura, 1985 se não me engano [...]. Entrei em 1984, no finalzinho da ditadura, já havia um movimento de resistência. Claro tinha coisa que, por exemplo, a gente não podia usar os símbolos do comunismo"⁴¹. O contexto de luta pelo restabelecimento democrático levou a formação a conviver com a resistência à ditadura do ponto de vista teórico-prático, bem como se aliar às bases democráticas.

Quando eu entrei o meu primeiro ano não tinha nada disso. Já fui ver isso no período em que já tava saindo, né. Já 82 pra 83, aí um pouquinho essa virada. Aí teve

³⁷ Entrevista número 05.

³⁸ Entrevista número 05.

³⁹ Entrevista número 04.

⁴⁰ Entrevista número 04.

⁴¹ Entrevista número 05.

organização estudantil, os meninos, me lembro bem, os meninos passavam em sala, fazendo aquela campanha pra montar o Grêmio⁴² (grifo meu).

A mudança de perspectiva, além do contexto mais favorável à luta política, teve o apoio do Partido Comunista do Brasil – PCdoB que, com sua larga experiência de militância política operária estudantil, preparava e enviava seus quadros para o interior dos colégios paraenses, e no IEP não foi diferente. O relato abaixo ajuda análises na direção da formação aliada ao processo democrático.

[...] o partido disse pra mim: tu tens 03 escolas pra ti escolher e ir para militar. Como eu era militante do ME e eu gostava de discutir a educação, aí eu disse eu vou pro IEP e vou aprender um pouco mais sobre educação, mas teve um pouco dessa coisa, da militância partidária⁴³.

O contexto de redemocratização do país, nos anos oitenta, é marcado por grande efervescência, pelas rearticulações dos movimentos sociais, dos sindicatos, criação de novos partidos políticos e pela possibilidade de uma educação⁴⁴ que

pudesse ser a base e representante da democracia, levando com isso a organização dos trabalhadores em educação que aliavam a luta política mais ampla à democratização da escola e à participação da comunidade escolar: “Na época que eu entrei, era época de reorganização dos movimentos sociais, era época da FEPEP⁴⁵, nem era nem SINTEPP⁴⁶ e dentro do IEP, quem tinha uma militância da FEPEP [...]”⁴⁷

As memórias indicam essa movimentação de rua que desaguava na Praça da República, vizinha da instituição, era elemento a influenciar as decisões rumos às questões relacionadas ao processo democrático.

Eu me lembro desta manifestação de estudantes em 1982. Eu não sei te dizer exatamente se era pelas eleições diretas [...] Mas, era um período em que a gente vivia muito isso. Então houve uma manifestação grande. E nós queríamos ir, nós interrompemos as aulas e nós queríamos sair pra ir pra praça. A diretora da escola não queria deixar, com medo de que algo acontecesse: “Vocês são só meninas, são mulheres e vai ter prisão, e vocês irão presas.” Aquelas coisas assim, aquele cuidado. [...]”⁴⁸

As memórias dão conta de que a abertura política, no instituto, foi também resultado da luta de professoras/es e estudantes que não se deixaram abater pelo

(CBE), que teve a sua Comissão Organizadora, integrada por Guiomar Namó de Mello (ANDE), Jacques R. Velloso (ANPED), Luiz Antonio Cunha (CEDEC) e Moacir Gadotti (CEDES).

⁴⁵ Referindo-se à Federação dos Professores da Escola Pública Paraense.

⁴⁶ Referindo-se ao Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Pará.

⁴⁷ Entrevista número 05.

⁴⁸ Entrevista número 06.

⁴² Entrevista número 05.

⁴³ Entrevista número 05.

⁴⁴ Nas Universidades Públicas também foram organizadas as Associações dos Docentes (ADUNICAMP, ADUSP E ADUNESP). Surge a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). No âmbito não sindical surgem entidades como a ANPED (Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação); ANDE (Associação Nacional para o Desenvolvimento da Educação); CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade). No ano de 1980 (31 de março a 03 de abril), essas três entidades e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) realizam na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo a Primeira Conferência Brasileira de Educação

caráter conservador que resistia ao tempo. “Quando eu entrei no IEP, já foi no período da democratização, mas o IEP [...] era uma das escolas que havia muita resistência, era muito conservadora. Foi uma das últimas escolas do Pará, de Belém, a aceitar que tivesse grêmio.”⁴⁹

A criação do Grêmio Estudantil, no IEP, é outra conquista do período da redemocratização e fora planejado pelo PCdoB, por intermédio de suas lideranças estudantis.

Me lembro, a gente foi participar [...] como diretor do Grêmio, fui o primeiro presidente do Grêmio. O IEP não teve Centro Cívico. **O Grêmio foi uma conquista!** Quando eu fui prá lá, tinha um pessoal do PT e daí a gente disse, nós vamos fazer um Grêmio, e a diferença do Grêmio para Centro Cívico é que o CV quem coordenava o processo eleitoral era a direção, CV era subordinado a direção. O Grêmio não, era algo independente, então a gente [...].

O movimento pela democratização usava também elementos das necessidades cotidianas dos estudantes de Belém, a exemplo da luta da meia passagem.⁵⁰ Os estudantes do IEP, capitaneados pelo Grêmio Estudantil, desempenharam papel de destaque, forçando a adesão da escola à luta.

Quando tinha manifestação, na época, pela meia passagem, eu era da UMES desde a oitava série [...], as manifestações pela meia passagem começavam por São Brás, pegava o pessoal do Augusto Meira, juntava Souza Franco, ia pegava o pessoal do Orlando Bittar, Vilhena Alves, do

Deodoro de Mendonça e rasgava pro IEP. Ficava ali um tempo no IEP, não esqueço [...] “abra o portão”, “libere o estudante”, ficavam os estudantes de fora e os estudantes de dentro gritando, até que chegava uma hora que o IEP abria, mas só depois de muita pressão, porque não tinha como ter aula porque ficava a manifestação lá dentro, **mas havia uma resistência muito grande contra qualquer tipo de atividade política, contra qualquer tipo de atividade política.**” (grifo nosso)⁵¹.

O movimento era de tal monta que, apesar das/os dirigentes do IEP resistirem, sofriam pressão de fora para dentro e de dentro para fora, ou seja, ainda que a escola quisesse manter-se fiel à postura de “neutralidade”, não conseguia porque o movimento de democratização havia penetrado no espaço escolar e por conseguinte no processo de formação.

E a gente queria sair pra manifestação e a diretora não deixava. Nós acabamos por ter uma briga assim, as colegas mais a frente assim, daquela coisa mais do movimento. Daí forçou-se a barra, abriu-se a porta, aquele portão grande de ferro logo da entrada ali do prédio antigo e saímos todas. Saímos quase todo mundo, quase toda a escola saiu e foi pra praça, né. Então a partir dali a gente começava a perceber que tinha uma outra movimentação na escola.⁵²

Por causa da “abertura”, outras pautas no interior do instituto foram possíveis, inclusive aproveitando o momento em que o governo, agora redemocratizado,

⁴⁹ Entrevista número 05.

⁵⁰ A luta pela meia passagem, em Belém, começou em 1947; no período da redemocratização ganhou fôlego e foi aprovada em 1985.

⁵¹ Entrevista número 05.

⁵² Entrevista número 06.

intencionava discutir a educação de uma maneira mais ampla.

[...] nesse período teve o dia D da educação. Lembram? Foi um dia de discussão da educação, do governo Sarney, não deu em nada. Mas deu um “pau danado”, eu não esqueço, levaram o professor [...] para falar sobre homossexualidade e lá no dia ele disse que sexualidade é uma opção e que não era uma coisa natural, era uma coisa social. Isso gerou uma briga muito grande [...] porque apesar de haver muitos homossexuais, no IEP, meninos e meninas, [...] a grande maioria era de homossexuais. Mas havia [...] não se discutia era uma coisa velada. [...]

É desse período que começam a aparecer nas memórias a história de professoras/es com uma visão mais crítica da realidade, abertas/os ao diálogo, ao mesmo tempo em que estimulavam o pensamento crítico das/os alunas/es em seu processo de formação.

[...]. Eram dois professores novos, no IEP, tinham uma perspectiva mais crítica. [...]. Nessa época, ele era do PT, ele era homossexual assumido, isso dentro do IEP era importante, ele problematizava, discutia. Na época eu era do PCdoB e tinha muita briga PT/PCdoB [...]. Eu era presidente do grêmio, mas era um professor bom [...] um professor que dava aula, não faltava, que discutia, dialogava. Eu achava importante. A mesma coisa o [...], que dialogava, claramente estimulava o pensamento crítico.

Essa perspectiva ia ao encontro dos anseios de parte da militância estudantil, filiada a organizações de esquerda, que

compreendia a luta por meio de uma sólida formação teórico-prática.

Comecei a estudar quando entrei no IEP, porque entrei fazendo ME e no partido, na época, lá no movimento viração, dizia o seguinte: pra ser líder estudantil tem que estudar e eu comecei a estudar. Eu não tinha pretensão de ser professor queria fazer o ensino médio, não entrei com essa pretensão [...] e na verdade [...] **pretensão muito mais de fazer política do que fazer magistério** [...]. (Grifo nosso)⁵³

O processo de redemocratização não resultou, do ponto de vista da formação de professoras/es para séries iniciais do primeiro grau, em uma discussão teórica sobre a educação que pudesse ser revestida na melhoria da qualidade do ensino. Ao contrário, seguindo a lógica do período, as memórias são de um ensino instrumental.

A formação foi muito frágil, muito, muito frágil do ponto de vista pedagógico **era uma coisa bem instrumental**. Eu me lembro que didática, eu achava bonito, o pessoal do terceiro ano, fazia quadro de prega, franelografo. A impressão que dava que a disciplina toda era pra fazer isso, ensinar fazer plano de aula, quadro de prega, franelografo, era uma coisa bem técnica. Então era aquilo, **não tinha uma discussão, uma formação mais teórica**. Era uma coisa bem instrumental⁵⁴. (Grifo nosso).

O período fora atravessado por lutas pelo restabelecimento democrático e, à primeira vista, parece que a formação de professoras/es, no IEP, foi permeada por este

⁵³ Entrevista número 05.

⁵⁴ Entrevista número 05

processo em que não faltaram embates político-ideológicos entre o campo ligado às esquerdas e aos ditos “representantes” do estado ditatorial.

4 Alguns resultados preliminares

A pesquisa mostra em seus resultados preliminares marcas fundas da ditadura, e as consequências à história político/social/educacional na educação paraense são visíveis. As histórias acionadas pelas memórias apresentam compreensões distintas entre os períodos compreendidos entre 1964 e 1982 e de 1983 a 1985. No primeiro período, a história de formação de professoras/es, na instituição, segundo os relatos, apresenta uma aparente adesão e acomodação ao que era consignado ao projeto educacional brasileiro e no segundo, a partir dos anos de 1983, marcado pelo processo de democratização do país, a resistência à ditadura começa a aparecer na história, ainda que perdurassem as acomodações e adesões.

Referências

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os desafios da construção de um sistema nacional de educação. In: **Plano Nacional de Educação**. Cadernos do Núcleo de Educação, Cultura e Desporto- Congresso Nacional. Brasília-DF: Projeto Gráfico Editoração, 2011.

DERMEVAL, Saviani. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação. Campinas - SP. Disponível em: <http://poseducacaoifbaiano.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-aspectos-hist%C3%B3ricos-e-te%C3%B3ricos-do-problema-no-contexto-brasileiro.pdf>.

FILHO, João Cardoso Palma. A Educação Brasileira no Período 1960-2000: de JK a FHC. **Revista História da Educação**. Universidade Paulista Júlio de Mesquita – UNESP. Marília-SP. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/108/3/01d06t06.pdf>.

MELO, Clarice nascimento de; ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de; ROSÁRIO, Maria José Aviz do. **Documentos da educação do Pará imperial (1839-1889)**. Belém: SBHE, 2012. Disponível em: <http://sbhe.org.br/e.books/paraimperial/index.html>.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do. SOUZA, Maria de Fátima Matos de. Lembranças/memórias de estudante/professora sobre o Instituto de Educação do Pará (IEP) em tempos de ditadura, de 1964 a 1985. **Revista HISTEDBR On Line**. v. 15, n. 66. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643704>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: Triste visionário**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

*Recebido em 10 de dezembro de 2018
Aprovado em 02 de agosto de 2019*